

ARTIGO HISTÓRIA

COMO VIVI A QUEDA DE SALAZAR E A PRIMAVERA INVERNOSA DE CAETANO

por Mário Soares

Estava há largos meses deportado, sem julgamento prévio e por tempo indeterminado, na ilha equatorial de São Tomé, quando Salazar, o ditador, que para lá me tinha enviado, arbitrariamente, caiu da cadeira, no forte de São João do Estoril, onde passava férias. Providencial cadeira! As notícias em São Tomé chegavam com grande atraso. A emissora nacional, a única rádio que se ouvia, deu a notícia, com laconismo e respeito.

Nesse dia, estava a cortar o cabelo num barbeiro nativo, onde só iam os são-tomenses - que era também drogaria, papelaria, retrozaria, etc. - onde ia quase todas as semanas, para quebrar um pouco o isolamento, quando a rádio anunciou, num tom neutro: "ontem, S. Ex^a. o Senhor Presidente do Conselho, foi operado, no Hospital x a um hematoma cerebral. A operação correu bem e Sua Ex^a está a recuperar satisfatoriamente". Ninguém reagiu. Nem sequer pareceu ter dado conta do que se tinha ouvido. Indiferença total. Eu, pelo contrário, dei um salto na cadeira e, sem conter a minha excitação, gritei: "Um hematoma cerebral, num homem de oitenta anos!? Salazar está morto em pouco tempo!"

Interrompi o corte de cabelo saí, imediatamente da loja e vim para a rua, apesar do calor imenso, para pensar no que tinha ouvido... "Caramba - dizia para mim próprio, com convicção - vou regressar a Lisboa, muito mais cedo do que supunha..."

Curiosamente, a notícia da minha explosão emocional, deu a volta à ilha, boca à orelha, em menos de uma hora, como compreendi depois. Com efeito, pouco tempo tinha passado quando fui interceptado por um carro do Palácio (leia-se do Governador) que me mandou entrar, "porque o Senhor Governador queria falar comigo". Pasma, da minha parte. E lá fui.

Diga-se, de passagem, que o Governador, que era um militar de carreira, disciplinado e probo, Silva Sebastião, que conhecera meses antes quando da minha chegada à ilha - e que não ficara nada satisfeito por me terem deportado para São Tomé - viera a Lisboa para convencer Salazar a fazer-me regressar ou mandar-me para outra colónia... Estava então a decorrer em São Tomé uma operação ultra secreta, diária, de fornecimento de armas e munições aos insurrectos do Biafra na guerra contra a Nigéria. O Governador pensava - e bem - que a minha deportação, com os protestos internacionais que desencadeou, principalmente nas Ordens internacionais dos Advogados e na Amnistia Internacional (que me considerou o preso do ano) era, um facto, extremamente inconveniente por chamar a atenção da imprensa internacional para São Tomé...

- "Não coexistiremos mais de um mês nesta ilha", disse-me o Governador, antes de partir para a sua viagem a Lisboa. Enganou-se. Salazar não se deixou convencer. Pelo contrário. Disse que o meu caso era exclusivamente policial e não tinha nada a ver com o Governo de São Tomé. Mais: era da exclusiva competência do responsável local da PIDE, o Inspector Nogueira Branco, de má memória.

O Governador ficou pois proibido de contactar comigo. Quando regressou, não me mandou chamar. Deixei passar uns dias. E como ele recebia, num dia certo por semana, as pessoas que lhe queriam fazer pequenos pedidos ou apresentar quaisquer assuntos mais delicados, só africanos, obviamente - meti-me tranquilamente na fila - um escândalo, um branco de Lisboa entre os africanos mais pobres da ilha e consegui ser recebido pelo Governador, fortemente contrariado, que me disse, só então, estar proibido por Salazar de contactar comigo...

Assim ficamos, até ao dia da notícia do hematoma de S. Ex^a., em que me mandou chamar ao Palácio. Porquê? Para me perguntar, se era verdade o que eu tinha dito no barbeiro, quando ouvi a notícia, que se espalhara, com a velocidade do som, por toda a ilha...

Respondi-lhe que sim, obviamente.

- "Mas que elementos tem para pensar desse modo?" - perguntou-me. Respondi-lhe:

- "Nenhuns. A pura lógica. Um homem de oitenta anos, com um hematoma cerebral. Não é pêra fácil". Na altura, as operações ao cérebro mal tinham começado...

Desde então, voltei a ser chamado ao Palácio, várias vezes. E o ambiente em São Tomé, em relação a mim, mudou completamente. As pessoas perderam um pouco o medo. Sobretudo, quando se confirmou a minha previsão de que o sucessor indigitado era Marcelo Caetano, que se sabia ter sido meu antigo professor de Direito Político Constitucional, de História de Direito Português e de Administrativo.

Realmente, no primeiro Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, fez sair um breve Comunicado, fixando num ano a minha pena de deportação, contando o tempo de prisão antes sofrido, em Caxias. O que significava que estaria de volta a Lisboa em Novembro, dias antes de meu Pai completar 90 anos.

Foi a primeira medida concreta da chamada "primavera caetanista". Antes de regressar, pedi ao Governador para me deixar dar uma volta à ilha, visto que nunca tinha passado da capital. E, mais difícil, mas consegui. Que me deixasse ir à ilha do Príncipe. Lá fui, no avião do Governador, que levava uma equipe de futebol, para um improvisado jogo inter-ilhas...

Regressei a Lisboa, via Luanda, onde estive pouco mais de uma hora, em 12 de Novembro de 1968. Encontrei o País - e os meus amigos políticos - numa espécie de euforia controlada. Pretendiam que havia uma abertura real, um certo abrandamento da censura e menos violência ostensiva nas actividades da PIDE.

Por mim - e apesar do que se disse e escreveu, sobretudo os comunistas, que afirmavam que eu estava feito com Caetano - nunca acreditei na "primavera caetanista. Conhecia, razoavelmente, Marcelo Caetano. Era, diga-se, um excelente professor de Direito - mas era um homem estruturalmente conservador, de direita extrema, um teórico, que nunca acreditou na democracia, por ter sido - com convicção - fascista e corporativista (muito mais do que Salazar). Nunca foi um político, no sentido mais corrente do termo, com visão do futuro, atento aos sinais de mudança, capaz de arriscar e inovar, para além das suas convicções de sempre.

A questão esclareceu-se, entre os meus mais próximos amigos, quando alguns me sugeriram - José Ribeiro dos Santos e Abranches-Ferrão, por exemplo - que pedisse uma audiência a Caetano para lhe agradecer o meu regresso. Recusei-me categoricamente a fazê-lo. Caetano ao estabelecer um prazo para a minha deportação, não me fez qualquer favor: limitou-se a confirmar uma pena arbitrária e injusta, limitando-a no tempo.

Aliás, para não haver dúvidas, resolvi fazer um teste. Concedi uma entrevista ao jornal República sobre a conjuntura política, com a farsa das eleições de 1969 como horizonte. Falei, claro, das exigências da Oposição. A entrevista foi retida na Censura - então crismada de Exame Prévio - foi lida por Caetano (como soubemos depois) - e cortada pela Censura, como eu esperava.

Isso não impediu que num comício oposicionista que houve no Porto - em que fui um dos oradores - tivesse sido vaiado pelos comunistas chamando-me "fascista" e outras amabilidades do género. Fiquei entre dois focos, o que aliás contribui, singularmente, para clarificar o meu caminho e a política oposicionista.

Entretanto, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, continuava proibido de entrar em Portugal, no seu exílio no Convento de Tormes, em Espanha, perto de Salamanca. Decidi ir, com a minha filha a conduzir e o meu Amigo Raul Rego, então director do "República", e sua Esposa, visitá-lo para lhe expressar a nossa solidariedade. A notícia dessa visita e da tão interessante conversa que mantivemos, por um dia inteiro, reproduzida pelo Rego para "República" foi também, obviamente, cortada... O bispo só meses depois teve autorização para regressar a Portugal.

Esse período do primeiro ano do mandato de Marcelo Caetano, foi altamente significativo. Ele queria mudar a aparência das coisas sem mexer em nada do essencial. Só mais tarde é que vi o

sumptuoso filme de Visconti - o Leopardo - onde o personagem principal, dizia: "é preciso que mude alguma coisa para que tudo fique na mesma"... Era essa a intenção de Caetano: mudar a espuma das coisas - os símbolos, os nomes, sem jamais se atrever a tocar no essencial: a política colonial, responsável pelas guerras tão cruéis e injustas em que Portugal se deixou envolver; as instituições pilares da ditadura: a PIDE, que passou a Direcção Geral de Segurança (DGS), a censura, transformada em "exame prévio", o partido único, que deixou de ser União Nacional e começou a designar-se por Acção Nacional Popular e o "Estado Novo", por Estado Social, sem mudar a sua estrutura corporativa e o condicionamento industrial. Uma autêntica farsa que foi desmascarada nas pseudo-eleições de 1969. Tiveram, ao menos, esse mérito.

Antes das "eleições" serem marcadas, fui apresentado ao Secretário Geral da Acção Nacional Popular, Melo e Castro, pelo antigo director do "O Tempo e o Modo", o meu amigo, António Alçada Baptista, que quando eu já estava no exílio, aceitou ser biógrafo de Marcelo Caetano, ou seja, como lhe disse em Paris, "o António Ferro de Caetano", com menos fôlego e originalidade. Melo e Castro, convidou-me para jantar, no Grémio Literário. Com algum cuidado e vários rodeios chegou ao ponto que lhe interessava: convidou-me para figurar, em destaque, na lista concorrente (e obviamente ganhadora) da Acção Nacional Popular. Fiquei espantado e indignado:

- "Pensa que eu andei quase trinta anos, da minha vida consciente, a lutar persistentemente contra a Ditadura, aguentando tantas vezes a prisão, discriminações, perseguições de vários tipos, e agora a deportação, para me vender aos herdeiros de Salazar, ditadores como ele, por um prato de lentilhas?"

A conversa não prosseguiu. Ficamos entendidos. Quando surgiu, depois, a chamada "Ala Liberal", com os resultados que se viram, percebi o que Melo e Castro tinha na cabeça, sem, contudo, entender - faço-lhe essa justiça - que Caetano não tinha coragem para ir além das meras aparências...

Nesse período, ainda, conheci também, num almoço organizado por Raul Rego, num restaurante da Avenida da Liberdade, perto do cinema Condes, Francisco Pinto Balsemão (ainda não havia Expresso) e ele trabalhava, salvo erro, no Diário Popular, que era então um jornal bastante aberto. Quando nos sentamos à mesa, que nos estava reservada, vimos que ao lado estavam três senhores e um deles era conhecido de vista do Rego e suponho do Balsemão. Era, nada mais nada menos, do que Barbieri Cardoso, vice-Director da PIDE. Ficámos mal dispostos com aquele encontro que julgámos casual, mas a conversa correu, apesar disso, bem, com cordialidade e simpatia de ambos os lados, tendo apenas o cuidado de não falarmos de modo a que nos ouvissem. Discutimos, claro, a chamada abertura caetanista, a que pus todas as reservas, o meu regresso de São Tomé e como o tinha interpretado. Do meu cepticismo e da gravidade do prosseguimento das guerras coloniais, sem a resolução das quais nada se poderia desbloquear.

Passados dois ou três dias Balsemão telefonou para o meu escritório da Rua do Ouro. E de uma forma um tanto abrupta disse-me:

- "Mário Soares não percebo a sua carta. Depois do nosso almoço tão cordial V. escreve-me uma carta que é quase um corte de relações. Inaceitável..."

Respondi-lhe:

- "Mas eu não escrevi carta nenhuma. Que história é essa?"

- "Essa é boa. Tenho-a na minha mão, com o seu papel timbrado e a sua assinatura."

Perguntei-lhe se estava no escritório dele, e propus-me ir de imediato lá. Assim fiz. E, felizmente, levei o meu papel timbrado, que por sinal era elegantíssimo e me tinha sido oferecido pelo Fernando Abranches Ferrão, um grande jurista e um esteta.

O papel timbrado da carta que me mostrou Balsemão era diferente, vulgar, com o meu nome e profissão em cima e a minha assinatura, uma imitação sem dúvida bem feita. A carta era efectivamente desagradável, mal educada e bastante mal escrita. Não foi difícil chegarmos à conclusão que a carta só podia ser obra da PIDE, para provocar um corte nas nossas relações. Assim, trabalhava a PIDE na chamada "primavera caetanista"...

Antes das pseudo-eleições de 1969 publiquei em edição do autor um livro em que reuni vários textos políticos e que intitulei "Escritos Políticos". Teve três edições, foi distribuído clandestinamente e foi produzido graças à amizade do jornalista António Paulouro, do Jornal do Fundão. Em anexo, foram transcritos dois manuscritos, da minha autoria, um dirigido "À Nação" (em Dezembro de 1968), um mês depois do meu regresso de São Tomé e outro "Ao País" em Maio de 1969. Ambos foram subscritos por mais de uma centena de portugueses, de todas as regiões do País, que se afirmavam abertamente socialistas democráticos. A ASP fora constituída, na clandestinidade, em Genebra, em 1964 (transformando-se em 1973 em PS) e os referidos Manifestos foram divulgados como prova da existência de uma corrente socialista, estrategicamente autónoma dos movimentos unitários anti-fascistas, como era de regra.

Daí nasceu a nova estratégia política, dos socialistas às candidaturas em Lisboa, Porto e Braga, em nome da CEUD, em contraste com a CED que, nesses círculos representava uma aliança entre comunistas, católicos progressistas e independentes de esquerda. Feita a distinção em todos os outros círculos eleitorais, os socialistas concorreram conjuntamente com comunistas, católicos e esquerdistas, como no passado.

Foi um teste importante e que marcou uma viragem estratégica que nos convenceu. A saber: o argumento principal dos situacionistas - logo de Marcelo Caetano - é que éramos todos comunistas ou dominados pelos comunistas. Pela primeira vez a Oposição apresentou-se em duas alas diferenciadas: uma das quais socialista democrata, como tal acreditada na Internacional Socialista, da qual ilustres dirigentes dos principais governos europeus eram membros.

Aliás, a Internacional Socialista mandou uma delegação sua como observadora constituída pelos representantes dos principais partidos socialistas europeus às pseudo-eleições de 1969, as primeiras, sob o mandato de Caetano. Assim que foram detectados, foram implacavelmente expulsos de Portugal pela PIDE. Um escândalo, que fez estalar o verniz caetanista. A primavera tornou-se terrivelmente invernososa porque o comportamento do governo, os cortes da censura, a proibição de certos comícios e o roubo dos votos tornaram-se evidentes. Curiosamente, a CEUD foi mais perseguida - e a sua acção mais dificultada - do que a da CED...

A seguir às eleições eu resolvi fazer uma viagem que começou pelo Brasil e devia terminar na América do Norte. Porém, quando cheguei a Nova Iorque tive a notícia de que os meus camaradas de lista de Lisboa, Francisco Salgado Zenha e Jaime Gama tinham sido presos pela PIDE. Com o auxílio de minha amiga espanhola Victoria Kent, que vivia exilada em Nova Iorque, desde o fim da guerra de Espanha e tinha uma revista mensal chamada Ibérica, de que eu era colaborador regular, com pseudónimo, como Tierno Galván e Raul Morodo, organizámos uma conferência de imprensa no International Press Club, onde desmascarei o falso liberal Caetano, a prisão dos meus camaradas e as cruentas guerras coloniais em curso.

A reacção do governo de Caetano foi implacável. Acusou-me de tudo, numa ampla campanha de intoxicação em que me chamaram "traidor à Pátria", "turra" feito com terroristas e agitador profissional. A minha Mulher, em Lisboa, foi intimidada de várias maneiras. Por exemplo: mandaram-lhe um envelope com uma encomenda de balas, dizendo-lhe que se destinavam a mim. O tom foi tão violento que me pediu para não regressar (ao contrário do previsto) e ir para Paris onde seria contactado por amigos, antes de ela poder vir ao meu encontro.

Assim fiz. Não voltei a Portugal e dediquei-me a escrever o "Portugal Bailloné". Estava em Piediluco (próximo de Roma), meses depois, quando os meus dois filhos - que iam ao meu encontro - me deram a tristíssima notícia do falecimento de meu Pai, com 92 anos. Resolvi seguir, nessa mesma tarde, de avião para Lisboa, para assistir ao funeral de meu Pai. Só avisei alguns jornalistas estrangeiros que conhecia bem, da Reuters, da Exchange Press e do New York Times.

Contrariamente ao que suponha deixaram-me entrar sem problemas. Mas no dia seguinte ao funeral, fui chamado à PIDE e informado de que devia abandonar o território nacional em 4 horas ou seria de novo preso e deportado para uma colónia mais longe do que São Tomé.

Compreendi que me queriam enviar para o exílio, na esperança de que poderia provocar cisões e distúrbios na Oposição, como sucedera com Humberto Delgado. Como disse, então, "enquanto houver fascismo e guerras coloniais só tenho adversários e inimigos entre os agentes do governo. Nunca na Oposição". E assim foi.

Estive ainda no exílio de 1970 a Abril de 1974, até ao grande dia da libertação, graças ao glorioso MFA. Ajudei a criar o PS, estabeleci uma rede de contactos que me trouxeram muita informação e me foram utilíssimos no período do PREC.

O resto da história é conhecido. Caetano fugiu para o Brasil, amargo e impotente. Não houve qualquer "primavera política", à queda de Salazar, seguiu-se a decomposição do regime caetanista, que não teve defensores e caiu como um fruto podre, deixando atrás de si quase vazio o aparelho de Estado. Houve que construir, improvisadamente, tudo de novo...

Lisboa, Julho de 2008